



04 DE OUTUBRO DE 2011

Terça – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL 37.2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **TEMOR DE CALOTE GREGO VOLTA A DERRUBAR BOLSAS E ELEVAR O DÓLAR**
- **GREVE CRESCE NO INTERIOR E FREIA EM CURITIBA**
- **TRF MANTÉM LIMINAR CONTRA IPI MAIOR**
- **UTILITÁRIO DUSTER CHEGA AO MERCADO**
- **GOVERNO ADIA PONTO ELETRÔNICO PELA QUARTA VEZ**
- **SUPERÁVIT DO PAÍS CRESCE 81% NO ANO**
- **MANTEGA ADMITE QUE GOVERNO PODE REDUZIR IMPOSTOS CONTRA A CRISE**
- **FIAT LIDERA COMERCIALIZAÇÃO DE CARROS NO ANO, COM 22,2% DAS VENDAS**
- **BNDES ACEITOU GARANTIAS DA PDVSA, MAS NÃO FECHOU NEGOCIAÇÕES**
- **DEMANDA PELO METAL SUBIRÁ 6% EM 2011**
- **QUEDA DA SELIC NÃO ALTERA PROJEÇÃO PARA CRÉDITO, DIZ TENDÊNCIAS**
- **PREVIDÊNCIA DIVULGA ÍNDICES DE FATOR ACIDENTÁRIO**
- **MEDO DO DESEMPREGO É O MENOR DOS ÚLTIMOS 15 ANOS**
- **NOVO PRESIDENTE DA FIEP DEFENDE BANCO DE PROJETOS PARA DESENVOLVER
A INFRAESTRUTURA**
- **WINTERKORN AMPLIA INVESTIMENTO DA VOLKSWAGEN NO BRASIL**
- **VENDAS EMPACAM EM SETEMBRO**
- **BOSCH INVESTE R\$ 22 MILHÕES EM NOVA FÁBRICA**
- **EMENDAS AO PONTO ELETRÔNICO SÃO REJEITADAS NA CCJ**
- **IMPORTADO É OBSTÁCULO PARA PEQUENA INDÚSTRIA**

- **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRABALHO DISCUTIRÁ EXTINÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL**
- **IOF - PLENÁRIO PODE VOTAR MP QUE AUMENTA IOF PARA EVITAR ESPECULAÇÃO COM DÓLAR**
- **TRIBUNAL - EXPOSIÇÃO A RAIOS SOLARES NÃO GARANTE INSALUBRIDADE A EMPREGADO**
- **PODER EXECUTIVO - PONTO ELETRÔNICO: ADOÇÃO É ADIADA PARA JANEIRO DE 2012**
- **PODER JUDICIÁRIO - ACORDO CUMPRIDO: CEF COMUNICA AO STF DESISTÊNCIA DE 483 PROCESSOS**
- **SELIC - RECEITA DIVULGA A TAXA SELIC DE SETEMBRO DE 2011**
- **IR - FONTE - IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE SETEMBRO VENCE AMANHÃ, 5/10**
- **ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO SOCORRO À INDÚSTRIA**

Câmbio Em 04/10/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,892	1,893
Euro	2,496	2,498

Fonte: BACEN

Temor de calote grego volta a derrubar bolsas e elevar o dólar

04/10/2011- Gazeta do Povo

A situação da Grécia voltou a preocupar os mercados, depois de o país ter admitido, no fim de semana, que não conseguirá cumprir as metas acertadas com Fundo Monetário Internacional (FMI) e União Europeia (UE). Ontem, o governo grego acrescentou que espera que a economia do país continue a encolher no ano que vem. A combinação de más notícias aumentou os temores de um calote, derrubando as bolsas e elevando a cotação do dólar ao redor do mundo.

O Ibovespa, índice de referência da BM&F Bovespa, recuou 2,93%, aos 50.791 pontos, atingindo a segunda pior pontuação do ano – abaixo apenas da marca de 8 de agosto, o primeiro pregão após o rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos pela agência de classificação de risco Standard & Poor's. O dólar comercial chegou a avançar 1,91%, mas, depois de o Banco Central entrar no mercado, fechou com alta de 0,53%, a R\$ 1,892.

O BC entrou no mercado futuro de câmbio por meio de "swap" cambial tradicional (que equivale a uma venda de dólar no futuro), anunciando leilão por volta das 15h30. Foram ofertados 106,9 mil contratos, equivalentes a US\$ 5,348 bilhões. Segundo o BC, o mercado comprou apenas 34 mil contratos, ou US\$ 1,695 bilhão.

Para Mantega, crise aguda reduziria juros

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que, caso a crise internacional fique tão aguda quanto em 2008 e a inflação esteja comportada, os juros poderiam cair, mas ressaltou que essa é uma atribuição exclusiva do Banco Central. Mantega disse ainda que "o juro real ideal no Brasil" é equivalente ao que é registrado em outros países emergentes, ou seja, um patamar "de 2% a 3% ao ano". Atualmente, o juro real – juro nominal menos a inflação – é de quase 6%. "Mas a queda dos juros é uma questão que não ocorre da noite para o dia. É preciso que existam condições que permitam que ela caia", ressaltou. "Juro alto é tão ruim quanto inflação alta. E a inflação é negativa para todos, sobretudo os mais pobres", destacou.

Economia encolhendo

O governo grego estima uma retração de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano – maior que a projetada pela UE em junho, de 3,8% – e uma queda de 2,5% em 2012. Seria o quarto ano de recessão, já que o PIB caiu em 2009 e 2010. Os gastos dos consumidores devem cair 3,8% neste ano, e o desemprego, passar de 15,2% para 16,4%. "O ambiente econômico externo para 2012 está se desenhando menos favorável que o esperado. As incertezas continuam grandes. Para as economias mais desenvolvidas, as perspectivas de crescimento estão menos otimistas que há seis meses", afirmou o governo grego.

"O mercado está olhando para a Grécia, e o que acontecer lá pode ser um divisor de águas", afirmou o gestor de renda variável da Máxima Asset Management, Felipe Casotti. Na Grécia, prosseguem os protestos de estudantes e funcionários públicos. Os

servidores farão uma paralisação amanhã e uma greve geral está sendo convocada para o dia 19.

Em Wall Street, o Dow Jones, principal índice da Bolsa de Nova York, recuou 2,36%. O S&P 500 fechou em baixa de 2,85% e o Nasdaq, de 3,29%. "Veremos um calote desordenado na Grécia, e pode haver outra crise bancária na Europa", disse à agência Reuters Jack de Gan, diretor de Investimentos da Harbor Advisory.

Greve cresce no interior e freia em Curitiba

04/10/2011- Gazeta do Povo

As liminares obtidas na Justiça por dois bancos para manter as agências de Curitiba abertas durante a greve nacional dos bancários apertaram o freio das paralisações. Ontem, todas as agências do Bradesco e do HSBC em Curitiba estiveram abertas, o que reduziu o número de postos de atendimento fechados na região da capital. Mas, como em várias regionais a paralisação se intensificou, no balanço de ontem 616 (44%) das 1.375 agências do estado estavam fechadas, contra 619 na sexta-feira.

Ontem, segundo o Sindicato dos Bancários local, 265 das 468 agências de Curitiba e região permaneciam fechadas – 20 a menos que na sexta-feira.

A redução mais visível está na quantidade de funcionários mobilizados: na semana passada, 15,7 mil dos 17,9 mil trabalhadores de bancos da região de Curitiba estavam parados. Ontem, eram apenas 9,8 mil, especialmente graças ao retorno das atividades no centro administrativo do HSBC, onde se concentra a maioria dos funcionários – no entanto, eles não prestam atendimento a clientes.

Agências fechadas no Paraná:

- Apucarana e região: 35 agências
- Arapoti e região: 32 agências
- Campo Mourão e região: 29 agências
- Cornélio Procópio e região: 38 agências
- Curitiba e região: 265 agências
- Guarapuava e região: 30 agências
- Londrina e região: 66 agências
- Paranavaí e região: 28 agências
- Toledo e região: 28 agências
- Umuarama e região: 65 agências

Fonte: Sindicato dos Bancários de Curitiba e região

Confira as dúvidas enviadas pelos leitores da Gazeta do Povo sobre a paralisação dos bancários:

“Estou no aguardo da liberação de financiamento da Caixa, mas com a greve minha espera fica prolongada. O que posso fazer?” (Luciano)

A Caixa informa que durante a greve dos bancários não é possível dar prosseguimento à burocracia que trata do financiamento. Além disso, a Caixa lembra que o cliente só pode assinar o financiamento na agência em que foi feita a solicitação, porque apenas neste local é que estão reunidas as informações sobre o cliente, como seu histórico e documentação. Enquanto durar a greve, os interessados em um financiamento do banco terão de aguardar.

O sindicato já recorreu das liminares, para voltar a poder fechar as agências durante a paralisação, mas ainda não há nenhuma decisão da Justiça.

“Nós tivemos uma redução em Curitiba, mas crescemos na região metropolitana. Estamos buscando reverter na Justiça esse quadro em breve, porque muitos bancários voltaram aos bancos por medo. Estamos com foco no aumento durante esta semana”, explica Antônio Luiz Firmino, secretário-geral do sindicato regional.

O Itaú conseguiu liminares semelhantes em Londrina e Paranavaí e conseguiu reabrir suas agências. Pelo interdito proibitório, os sindicatos dessas regionais ficam impedidos de fechar as agências do banco. Os dirigentes sindicais que representam os bancários das duas cidades já recorreram da liminar.

Agências da Caixa dificultam depósitos

Clientes da Caixa Econômica Federal relataram dificuldades para realizar depósitos durante a greve dos bancários. A reportagem esteve ontem e na última sexta-feira em 12 agências de sete bancos no Centro de Curitiba, e apenas nas unidades da Caixa havia problemas com o depósito, indicando que se trata de um problema restrito ao banco estatal.

Das três agências da Caixa visitadas nos dois dias, só a da Praça Tiradentes oferecia o serviço de depósito, com restrição. Havia envelopes, mas, dos 11 terminais que oferecem o serviço, apenas quatro tinham ativada a opção de depósito. Nas agências da Praça Carlos Gomes e da Travessa Oliveira Belo, não havia envelopes nem a opção de depósito ativada.

A assessoria da Caixa informou que o problema não ocorre em todas as agências – naquelas em que a operação de depósito não é permitida, segundo o banco, falta uma quantidade mínima de funcionários para garantir o serviço, o que levou à desativação. A recomendação para os clientes que não encontrem uma agência com a opção disponível é ir a uma casa lotérica, onde os depósitos são limitados a R\$ 1 mil.

TRF mantém liminar contra IPI maior

04/10/2011- Gazeta do Povo

O governo não conseguiu derrubar a liminar concedida a favor da Venko Motors, representante da marca chinesa Chery, que suspende até dezembro a alta de 30 pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os automóveis importados de fora do Mercosul e do México. A juíza Maria Helena Cisne, do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, negou o recurso apresentado pela União, segundo informou a assessoria de imprensa do órgão.

A liminar foi concedida no último dia 21, pela Justiça Federal do Espírito Santo. No entendimento do juiz Alexandre Miguel, da 1.^a Vara Civil do estado, a Constituição Federal proíbe a cobrança de tributos "antes de decorridos 90 dias da data de publicação da lei que os instituiu ou aumentou". Por isso, ele concedeu a liminar suspendendo o aumento por 90 dias. Essa é a base das demais liminares concedidas contra a elevação do IPI e também o argumento central da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo DEM contra a medida.

A União recorreu da liminar, sustentando que sua manutenção traz risco de grave lesão à economia e às contas públicas, por causa do "altíssimo déficit comercial que tem prejudicado empregos, bem como a indústria nacional que se vê em desvantagem frente às indústrias estrangeiras". Argumentou também que a abertura de um precedente contra a União poderia "destruir uma política macroeconômica séria e profundamente analisada, executada com lastro na Constituição da República e nas leis que regulamentam a matéria".

Para a juíza Maria Helena Cisne, porém, não há risco de grave lesão à ordem econômica, porque à medida que se esgotarem os estoques dos modelos importados com o IPI mais baixo, a procura pelos importados vai diminuir, visto que os preços ficarão entre 25% e 28% maiores. Ela manteve o entendimento do juiz de primeira instância. "(...) Impõe-se evidentemente o respeito ao texto da carta constitucional. Caso contrário é de se reconhecer que haveria lesão à ordem pública, eis que a própria base jurídico-normativa do Estado brasileiro – a Constituição – estaria sendo agredida", argumentou.

Utilitário Duster chega ao mercado

04/10/2011- Gazeta do Povo

Custando a partir de R\$ 51 mil, o utilitário esportivo Renault Duster finalmente chega ao mercado, não só com a intenção de concorrer com o Ford EcoSport, que lidera o segmento, mas também de auxiliar a marca francesa a conquistar maior fatia do mercado, passando dos 160 mil veículos vendidos em 2010 para 200 mil neste ano.

O novo modelo será vendido em seis versões, sendo três com motor 1.6 16V Hi-Flex, tração 4x2 e câmbio manual de cinco marchas: básica, Expression (intermediária) e Dynamique (a mais requintada). As outras três têm motor 2.0 também flex, derivado do Mégane: a 4x2 com caixa de 6 marchas, a Dynamique automática e a 4x4 com câmbio manual de 6 velocidades. O sistema de tração integral do Duster foi fornecido pela Nissan e tem acionamento simples, por meio de um seletor no console, com três posições: 2WD, Auto e Lock.

Investimentos

O Duster será apresentado oficialmente hoje em Foz do Iguaçu pelo presidente mundial do grupo Nissan-Renault, Carlos Ghosn, que amanhã estará em Curitiba para anunciar um investimento de cerca de R\$ 1,5 bilhão na ampliação de suas operações no Paraná. O protocolo de intenções que será assinado por Ghosn e pelo governador Beto Richa prevê o aumento de produção na fábrica de São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba), lançamento de novos modelos (iniciado com o Duster), criação de um centro tecnológico de desenvolvimento de novos produtos para as Américas, um centro de engenharia e treinamento e outro para a distribuição de peças. A execução desse projeto irá criar pelo menos 2 mil empregos, dos quais mil somente neste ano.

Governo adia ponto eletrônico pela quarta vez

04/10/2011- Gazeta do Povo

A adoção do novo ponto eletrônico – em que as empresas com mais de dez empregados deveriam oferecer ao empregado a possibilidade de imprimir o comprovante de entrada e de saída do trabalho – foi adiada pela quarta vez e só será obrigatória a partir de janeiro de 2012, de acordo com a Portaria 1.979, publicada ontem no Diário Oficial da União. O governo garante que não haverá mais adiamentos, pois essa alteração de prazo agora se dá “de modo improrrogável para o dia 1.º de janeiro de 2012”, diz o texto. A portaria esclarece ainda que foi concluído o diálogo social tripartite e todas as manifestações encaminhadas ao Ministério do Trabalho foram avaliadas.

A implementação do ponto impresso já havia sido adiada outras três vezes para dar mais tempo às empresas de adequar os equipamentos. Desde a edição da portaria, em 2009, houve muitas divergências entre os setores sindicais e as confederações patronais. Para os sindicatos, a portaria vai evitar que os trabalhadores façam horas extras e não recebam por elas. As entidades sindicais patronais argumentam que a adoção do ponto eletrônico impresso pode gerar altos custos, principalmente para as pequenas empresas, que teriam de comprar novos equipamentos ou adaptar os antigos.

O Ministério do Trabalho afirma que a regra está sendo adotada para evitar fraudes na marcação das horas trabalhadas. O controle eletrônico já é previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas faltava uma regulamentação que impedisse as alterações do registro de presença dos funcionários por meio de recursos tecnológicos.

A obrigatoriedade de as companhias adaptarem os equipamentos de ponto eletrônico, no entanto, não precisa ser seguida pelos órgãos públicos. A regulamentação determina ainda que o equipamento de ponto eletrônico seja inviolável.

Superávit do país cresce 81% no ano

04/10/2011- Gazeta do Povo

Saldo tende a perder ritmo

O saldo comercial brasileiro deve arrefecer nos próximos meses, influenciado pela expectativa de crescimento menor da economia mundial, segundo o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria. Ainda assim, ele acredita que a balança

comercial encerrará o ano com superávit em torno de US\$ 28 bilhões, acima do total de US\$ 20,3 bilhões de 2010.

Para justificar a estimativa de desaceleração do saldo comercial entre outubro e dezembro, o economista observa que os preços dos produtos da pauta de exportação ainda continuam em nível bom, mas começaram a cair nos últimos dias em decorrência das incertezas externas. "E isso indica que não serão tão bons como foram até agora", afirmou.

Ao contrário do que ocorre com as exportações, Campos Neto avalia que os preços do conjunto das importações, embora venham se recuperando, ainda estão debilitados. Segundo ele, a estimativa de expansão menor do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que tende a diminuir a demanda interna, e a depreciação cambial poderão restringir as compras externas nos meses seguintes. Outros fatores que poderão estreitar as importações, conforme o economista, serão questões pontuais como o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre carros importados, na segunda quinzena de setembro.

O superávit da balança comercial brasileira atingiu US\$ 23,03 bilhões de janeiro a setembro deste ano, superando todo o saldo fechado em 2010, de US\$ 20,2 bilhões. O resultado até setembro é o maior dos últimos quatro anos e representa um aumento de 81,4% em relação aos nove primeiros meses de 2010. Somente no mês passado, o superávit comercial foi de US\$ 3,07 bilhões, o maior desde 2007 e 185,2% acima de setembro de 2010.

Crise

Apesar do cenário de crise financeira, as exportações e importações brasileiras registram recordes históricos este ano. As vendas externas somaram US\$ 190 bilhões de janeiro a setembro, crescimento de 30,4%, pela média diária, em relação ao mesmo período de 2010. As importações acumulam US\$ 166,96 bilhões, com alta de 25,6% no ano.

Em setembro, os valores foram os melhores para o mês. As vendas externas totalizaram US\$ 23,28 bilhões, significando um crescimento de 23,6% em relação a setembro de 2010. As importações somaram US\$ 20,21 bilhões; um aumento de 13,8% no mesmo período de comparação.

Câmbio

A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, afirmou que a desvalorização do real, ocorrida no mês passado, ainda não teve impacto na balança comercial brasileira. "O câmbio se faz sentir depois de um período de pelo menos três meses. Há uma defasagem no tempo", explicou. Ela acredita que o efeito do câmbio será observado de maneira mais acentuada a partir do próximo ano.

Mantega admite que governo pode reduzir impostos contra a crise

04/10/2011- Gazeta do Povo

A diminuição de tributos está entre as medidas que o governo poderá adotar caso a crise econômica mundial sofra um agravamento ainda maior. "Podemos reduzir

tributos, por exemplo. Mas só se a situação piorar", disse nesta segunda-feira (3) o ministro da Fazenda, **Guido Mantega**.

Ele, no entanto, destacou que o governo tem munição para combater as consequências da crise e que vai priorizar a adoção de medidas monetárias, como a redução de juros. "Temos muito armamento guardado, muita munição, que pode ser usada em caso de necessidade. E vamos preferir usar mais instrumentos monetários que fiscais", declarou.

Outros instrumentos que podem ser usados em caso de piora da situação econômica mundial são a redução na taxa de juros e a utilização das reservas em leilões de crédito. "Se faltar crédito para o comércio internacional podemos usar as reservas para dar esse crédito", disse ainda o ministro, após se reunir com empresários em um almoço promovido pela **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)**.

O governo brasileiro, segundo o titular da Fazenda, tem atualmente mais fôlego para enfrentar os problemas gerados pela crise do que tinha em 2008. "O que vim dizer aqui para os empresários da Fiesp é que o Brasil está preparado seja para [enfrentar] uma crise crônica, mais leve e de crescimento mais lento dos países avançados e também para um agravamento da crise", disse. Isso se deve, segundo Mantega, às reservas cambiais maiores, à situação fiscal sólida e a "uma política monetária com muitos graus de liberdade".

Câmbio e juros

Sobre a situação do câmbio, que neste momento passa pela valorização do dólar em relação ao real, o ministro disse que não existe um dólar ideal para o país e que o governo não pretende retirar, neste momento, a incidência do **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**.

Quanto à taxa de juros ideal para o país, Mantega disse que ela deveria ser semelhante a de outros países emergentes, com [taxa real em torno de 2% a 3%](#), mas que não se pode atingir esse patamar de uma hora para outra. "É óbvio que isso não dá para ser atingido da noite para o dia. E é o Banco Central que vai decidir quando isso vai ser possível, sempre olhando para a inflação. A inflação alta é tão ruim quanto o juro alto. Não queremos nem uma coisa, nem outra".

O presidente da Fiesp, **Paulo Skaf**, declarou que, para os industriais, é "mais saudável" que o dólar esteja cotado em R\$ 1,80. "O [dólar] de R\$ 1,50 era uma sobrevalorização do real que roubava a competitividade brasileira, barateando as importações, encarecendo as exportações e que não fazia bem para o Brasil", disse Skaf.

Durante a reunião com o ministro da Fazenda, os empresários falaram com Mantega, segundo o Skaf, sobre o custo Brasil, que impede a competitividade. Os setor quer que o governo aproveite o vencimento de alguns contratos de concessão de energia, em 2015, para tentar reduzir os custos de energia.

"É uma distorção totalmente injusta o Brasil, que tem 77% de sua matriz energética em hidreletricidade, que é a forma mais barata de se produzir energia, ter a terceira conta mais cara do mundo", disse.

Mantega respondeu que o governo pretende continuar implementando medidas para reduzir custos de infraestrutura, de energia e tributário.

Fiat lidera comercialização de carros no ano, com 22,2% das vendas

04/10/2011- Gazeta do Povo

Dados divulgados nesta segunda-feira (3) pela **Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve)** mostram que a **Fiat** liderou, com 22,22%, as vendas de automóveis e comerciais leves nos primeiros nove meses do ano. A **Volkswagen** aparece na segunda posição, com 20,59%, seguida da **General Motors (GM)**, com 18,38%. A **Ford**, com 9,33% das vendas, e a **Renault**, com 5,23%, aparecem na sequência.

Em setembro, o ranking de vendas de automóveis e comerciais leves está dividido da seguinte forma: **Fiat** (20,60%), **Volkswagen** (20,05%), **General Motors** (18,28%), **Ford** (8,68%) e **Renault** (6,11%).

BNDES aceitou garantias da PDVSA, mas não fechou negociações

04/10/2011- Valor Econômico

A Petrobras divulgou nota hoje afirmando ter recebido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na sexta-feira à noite a comunicação de que o banco de fomento "considerou aceitáveis" as garantias oferecidas pela estatal venezuelana PDVSA para assumir 40% do empréstimo obtido pela petrolífera brasileira para executar a primeira parte das obras de construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, mas acrescentou que as negociações ainda não estão concluídas. O empréstimo, de aproximadamente R\$ 10 bilhões, foi contraído em 2009.

"A aprovação está condicionada à apresentação de instrumentos que formalizarão as garantias bancárias em termos satisfatórios ao BNDES", dis a nota da Petrobras.

As negociações, conforme destaca a nota da Petrobras, são para que a PDVSA torne-se dona de 40% das ações da refinaria pernambucana, conforme está previsto em protocolo de intenções assinados pelo governo do Brasil e o da Venezuela em 2006. Segundo o acordo, a refinaria, com capacidade para refinar 220 mil barris de petróleo por dia e que deverá custar mais de R\$ 20 bilhões, vai refinar petróleo pesado do Brasil e da Venezuela, 50% de cada origem.

A nota da Petrobras diz ainda que a estatal brasileira negociou com a venezuelana "a data limite de 30 de novembro para que todas as tratativas necessárias para viabilizar o ingresso da PDVSA na sociedade sejam concluídas". Essa data limite, estabelecida unilateralmente pela Petrobras, já foi de agosto e de 30 de setembro deste ano. A Petrobras até agora custeou sozinha as obras que estão 40% concluídas, segundo o presidente da refinaria, Marcelino Gomes. A Abreu e Lima deve entrar em operação no primeiro trimestre de 2013, segundo o cronograma oficial.

Demanda pelo metal subirá 6% em 2011

04/10/2011- Valor Econômico

A demanda por níquel deve crescer 6% neste ano, para 1,57 milhão de toneladas, enquanto em 2012 atingirá 1,67 milhão de toneladas. Segundo estimativas do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (INSG, na sigla em inglês), no ano passado, o consumo global de níquel alcançou 1,48 milhão de toneladas.

A produção primária de níquel refinado somou 1,44 milhão de toneladas em 2010, podendo crescer para 1,60 milhão de toneladas neste ano. O grupo projeta que, com novas capacidades iniciando sua produção antecipadamente e o aumento da produção no Canadá (com o fim das greves), a produção em 2012 deve alcançar 1,74 milhão de toneladas.

"Para 2011, haverá um pequeno superávit e, em 2012, pode ocorrer um aumento dos estoques se os projetos tiverem início mais rápido do que o estimado", afirmou o grupo, em relatório.

As perspectivas para o chumbo e para o zinco também apontam para crescimento da oferta acima da demanda global. Segundo divulgou o Grupo Internacional de Estudos de Chumbo e Zinco (ILZSG, na sigla em inglês), a procura pelo metal de chumbo refinado deve crescer 6,1% para 10,15 milhões de toneladas neste ano.

Mesmo diante do desaquecimento do setor automotivo e do fechamento de muitas fábricas de baterias por razões ambientais, em 2012 a demanda por chumbo deve crescer 4%, para 10,56 milhões de toneladas.

A produção do minério, por sua vez, deve avançar 7,8% neste ano e 6,2% no ano que vem, impulsionada principalmente pelo aumento da oferta vinda da China, Índia e México.

Na mesma direção, o relatório mostra que a demanda global por zinco está projetada para crescer 2,2% para 12,85 milhões de toneladas em 2011. Para 2012, as perspectivas apontam alta de 3,9%, para 13,35 milhões de toneladas.

A oferta prevista para minério alcançará 12,77 milhões de toneladas neste ano, o que vai representar um crescimento de 4,3%, impulsionado pela produção da China, da Índia, do Cazaquistão, do México e da Rússia.

Queda da Selic não altera projeção para crédito, diz Tendências

04/10/2011- Valor Econômico

A decisão do Banco Central (BC) de reduzir a taxa básica de juros, no fim de agosto, não alterou as projeções da Tendências Consultoria Integrada para o crescimento do estoque de crédito à pessoa física e jurídica, que deve ser de 7,4% e 8,8% neste ano, respectivamente.

Relatório da consultoria, assinado por Alexandre Andrade, prevê queda da Selic a 10,50% ao ano até o começo de 2011, com o início de um novo ciclo de aperto monetário no fim do ano que vem.

Entre os motivos elencados pela consultoria para não prever aceleração do crédito por conta da Selic menor estão o aumento da inadimplência, a inflação e a cautela na concessão de empréstimos por parte dos bancos, que devem se antecipar à deterioração da crise internacional, elevando as exigências e garantias oferecidas pelos tomadores nos contratos.

Apesar de prever uma melhora nas condições de financiamento, especialmente no que diz respeito às taxas de juros, a Tendências manteve o cenário previsto por avaliar que o atual quadro de inadimplência pode se intensificar, sobretudo no segmento de pessoa jurídica, com uma desaceleração da economia doméstica e com o aumento de dificuldades para bancos europeus que atuam no Brasil.

Os prazos para pagamentos também tendem a se acomodar até o início do ano que vem. Andrade só vislumbra prazos maiores a partir do segundo semestre de 2012, quando as incertezas na economia mundial se dissiparem e as medidas macroprudenciais perderem efetividade.

Ainda de acordo com o relatório, o desempenho da economia brasileira contribuirá para a manutenção da demanda por crédito, puxada pelos setores industriais e de serviço e pelo aumento da massa salarial.

Previdência divulga índices de fator acidentário

04/10/2011- Valor Econômico

As empresas podem consultar a partir desta sexta-feira os novos índices do Fator Previdenciário Acidentário (FAP) nos sites da Previdência Social (www.mpas.gov.br) e da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br). Esses índices devem valer para 2012.

O FAP foi adotado a partir de 2010 para aumentar ou reduzir as alíquotas de contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT), com base nos índices de cada empresa. Ele varia de 0,5 a dois pontos percentuais, o que significa que a alíquota de contribuição pode ser reduzida à metade ou dobrar, chegando a 6% sobre a folha de salários.

As empresas terão 30 dias para contestar administrativamente o FAP de 2012 a elas atribuído. Para isso, devem preencher e entregar o formulário eletrônicos nos sites do Ministério da Previdência Social e da Receita Federal entre os dias 1º e 30 de novembro.

O advogado Marcel Cordeiro, sócio responsável pelas áreas trabalhista e previdenciária do escritório Salusse Marangoni Advogados, afirma que a expectativa é de que haja menos erros neste ano, por ser o terceiro de vigência do FAP. Porém, Cordeiro acredita que os índices possam vir maiores do que no ano passado. "A percepção que tenho é que a Previdência nesses últimos meses está com um viés mais arrecadatário", diz.

Ano passado, para evitar mais uma enxurrada de ações judiciais, como ocorreu no primeiro ano do FAP, os índices em geral foram menores do que os esperados pelas empresas, de acordo com o advogado.

Medo do desemprego é o menor dos últimos 15 anos

04/10/2011- Agência CNI

O baixo nível de desemprego detectado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que apontou 6% em agosto, está sendo percebido na prática pelos trabalhadores. O medo do desemprego, com 78,7 pontos em setembro, foi o menor desde maio de 1996, quando foi iniciada a pesquisa Índice de Medo do Desemprego. O levantamento, divulgado trimestralmente pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), foi anunciado nesta segunda-feira, 3 de outubro. O índice é de base 100 e quanto mais alto for, maior o medo das pessoas perderem o emprego.

Em relação a julho último, houve um recuo de 3,9% no indicador e na comparação com setembro de 2010, a queda foi de 2,9%. Um dos fatores apontados para o maior declínio do temor do desemprego já detectado pela pesquisa é a proximidade do fim do ano, quando tradicionalmente aumentam as ofertas de vagas no mercado de trabalho.

Em setembro, 57% dos brasileiros afirmaram não ter medo algum do desemprego, o maior percentual da pesquisa até agora. A parcela da população que disse não ter qualquer medo do desemprego em julho era de 53,6%.

A segurança sobre a manutenção do emprego é tanta que o percentual das pessoas que informaram estar com muito medo do desemprego é igualmente o menor da série, com 12,8%. Em julho, 15,5% dos brasileiros tinham muito receio de ficar sem colocação no mercado de trabalho. Já a parcela da população que disse estar com pouco medo do desemprego recuou de 31% em julho para 30,2% em setembro.

A pesquisa trimestral Índice de Medo do Desemprego foi elaborada pela CNI a partir de pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope. Foram ouvidas 2.002 pessoas em todo o país entre 16 e 20 de setembro.

Novo presidente da FIEP defende Banco de Projetos para desenvolver a infraestrutura

04/10/2011- Agência CNI

Curitiba - A nova diretoria da [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#), que será empossada nesta sexta-feira (30), assume com o compromisso de trabalhar com foco total no crescimento do setor industrial paranaense e no desenvolvimento econômico e social de todo o Estado. A afirmação é do presidente eleito da FIEP, Edson Campagnolo, que comandará a entidade até 2015. Nesta quinta-feira (29), em Curitiba, o empresário concedeu entrevista coletiva para falar sobre as prioridades de sua gestão.

De acordo com Campagnolo – primeiro representante do interior do estado a assumir a presidência da FIEP nos 67 anos de história da entidade – uma forma de buscar o crescimento do setor industrial paranaense como um todo é a descentralização de investimentos. “Nossa política industrial deve possibilitar que as empresas

interessadas em vir ao Paraná se estabeleçam em várias regiões do estado e não apenas nos grandes centros”, afirmou.

Mas para que isso aconteça, Campagnolo considera que o Paraná precisa solucionar alguns gargalos que prejudicam o desempenho da economia do estado. “Nosso crescimento ainda esbarra em obstáculos como infraestrutura e logística”, disse o novo presidente da Fiep. “É inadmissível, por exemplo, que uma cidade como Ponta Grossa ou a região Oeste do estado não tenham aeroportos condizentes com a demanda” acrescentou.

Banco de Projetos – Para auxiliar na melhoria das condições de infraestrutura do Paraná, Campagnolo anunciou que a FIEP comandará um grande movimento para a criação de um Banco de Projetos para o estado. “Muito se fala, por exemplo, sobre a construção de uma nova ferrovia que ligue Curitiba ao Porto de Paranaguá, para substituir a ferrovia centenária que já não suporta grandes comboios. Mas hoje não existe nem o projeto dessa nova ferrovia”, explicou.

Junto com outras entidades representativas do setor produtivo e em parceria com o governo do estado, a FIEP pretende viabilizar a criação de um fundo que possibilite a elaboração de projetos de engenharia para as obras necessárias no Paraná. Com os projetos em mãos, será mais fácil buscar os recursos disponíveis para realização das melhorias. “Temos que estar alinhados para que, seja através do PAC ou de Parcerias Público-Privadas (PPPs), consigamos solucionar os problemas de infraestrutura do estado. A FIEP, pela necessidade da indústria em ter uma infraestrutura adequada, vai ser um órgão mobilizador para buscarmos essas soluções”, declarou Campagnolo.

Além de atuar na melhoria da infraestrutura logística, a FIEP também vai atuar fortemente no desenvolvimento de diferentes cadeias produtivas dentro do próprio estado. “Temos muita matéria-prima aqui no Paraná, mas em vários casos ela acaba sendo processada em outros estados, com os produtos voltando para cá com maior valor agregado. É o caso da madeira e do trigo produzidos aqui”, afirma. “Queremos fazer com que toda a cadeia produtiva esteja dentro do Paraná e esses produtos sejam fabricados aqui”, declarou.

Outra prioridade da gestão da FIEP que se inicia na noite desta sexta-feira é o investimento em qualificação profissional. “Na atual gestão, tivemos uma evolução muito grande nessa área. O número de matrículas no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) passou de 70 mil em 2003 para 252 mil em 2011. Nosso desafio é, até 2015, dobrar esse número para 500 mil, dentro das metas estabelecidas pelo programa lançado pelo governo federal em maio passado”, afirmou Campagnolo, referindo-se ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Solenidade – A posse da nova diretoria da FIEP ocorre nesta sexta-feira, em solenidade marcada para 19h30, no Cietep, sede da entidade no Jardim Botânico, em Curitiba. A diretoria da FIEP é composta por 54 integrantes, todos industriais, representantes de sindicatos empresariais. A Federação é a maior entidade empresarial do Paraná e representa um setor que responde por 30% do PIB estadual e é formado por 42 mil indústrias que geram 750 mil empregos.

Apoio dos sindicatos e independência

A nova diretoria que assume nesta sexta-feira (30) a FIEP tem amplo apoio dos sindicatos industriais e o compromisso de manter a independência da entidade. Edson Campagnolo e os demais 53 integrantes da nova diretoria foram eleitos numa votação histórica realizada no dia 3 de agosto último. A eleição teve presença maciça dos sindicatos, com o comparecimento de 99% das entidades consideradas aptas a votar. Campagnolo recebeu 69 votos contra 21 do ex-deputado Ricardo Barros.

“O processo eleitoral foi marcado por duas forças antagônicas – de um lado o nosso grupo defendendo os interesses da indústria e de outro a defesa dos interesses político-partidários”, lembrou Campagnolo. Ele enfatizou que assume a Federação com o compromisso de manter a independência da entidade. “Isso não quer dizer que não estamos alinhados com o governo”, disse, informando que já manteve conversas com o governador Beto Richa e demais integrantes do governo do Estado. “Nossos interesses são os mesmos: trazer novos investimentos para o Paraná e retomar o crescimento. O governador Beto Richa tem em mim um aliado”, destacou.

O novo presidente da FIEP quer também manter um relacionamento próximo com o governo federal e com os parlamentares. Ele informou que já tem agendado um encontro com a bancada federal para o dia 17 de outubro onde tratará de temas relacionados ao desenvolvimento do Estado. Campagnolo também vai buscar apoio das Federações das Indústrias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para unir as bancadas dos três estados do Sul em torno de questões comuns que dizem respeito ao desenvolvimento da região.

Winterkorn amplia investimento da Volkswagen no Brasil

04/10/2011- Newsletter Automotive Business

Em visita à subsidiária brasileira, o presidente do Grupo Volkswagen, Martin Winterkorn, estendeu em dois anos o plano de investimento da companhia no País, que ia de 2010 a 2014 e agora irá até 2016, e aumentou em € 1,1 bilhão o valor dos aportes, de € 2,3 bilhões para € 3,4 bilhões. O executivo revelou a estratégia no início da noite da segunda-feira, 3, em discurso durante jantar em sua homenagem, no Clube Hípico de Santo Amaro, em São Paulo, por ocasião do 21º aniversário do Dia da Unidade Alemã.

O plano dará prosseguimento aos investimentos da Volkswagen do Brasil anunciados no fim de 2009, estimados na época em R\$ 6,2 bilhões (ao câmbio de R\$ 2,70 por euro) em cinco anos e que podem chegar a R\$ 8,5 bilhões (pela taxa atual de R\$ 2,50) em sete anos. O plano inicial era de investir 40% dos aportes para ampliar a capacidade produtiva de todas as fábricas brasileiras, com o objetivo de chegar a 1 milhão de unidades/ano até 2014, e os outros 60% seriam gastos no desenvolvimento de novos produtos.

Segundo fontes da empresa, não estaria incluído nesse anúncio de Winterkorn a possível construção de uma nova fábrica no Brasil, intenção que foi informada 20 dias atrás por Thomas Schmall, presidente da Volkswagen do Brasil, durante o último Salão de Frankfurt. Na ocasião Schmall afirmou que seis Estados estariam na disputa pela nova planta, que receberia investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Outra solução

seria dobrar a capacidade de uma das três plantas de montagem já instaladas (São Bernardo do Campo, Taubaté ou São José dos Pinhais). A intenção seria produzir o próximo compacto de entrada que a marca pretende lançar no País. Há boas chances de o modelo escolhido ser o Up!, apresentado em Frankfurt, que deve chegar ao mercado nacional em 2014.

No mês passado, Winterkorn disse a Automotive News Europe que a Volkswagen deve abrir oito novas fábricas até 2018, quando estará operando setenta unidades de produção em todo o mundo. Uma das novas plantas poderá ser no Brasil.

Vendas empacam em setembro

04/10/2011- Newsletter Automotive Business

O desempenho das vendas de veículos em setembro confirmou a desaceleração do mercado. Segundo dados do Renavam, foram emplacados no mês 311.682 automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, o que significa queda de 4,8% sobre os 327.393 emplacamentos de agosto passado. Com relação a setembro de 2010, houve discreta alta de 1,5% ante os 307.042 licenciamentos daquele período. No acumulado dos primeiros nove meses de 2011, a soma é de 2,68 milhões de unidades, em crescimento de 7,2% na comparação com idêntico intervalo do ano anterior.

A evolução dos percentuais mostra queda do ritmo das vendas, conforme vem sendo avaliado há meses por analistas. A expansão do mercado em relação aos acumulados de 2010 começou em mais de 10% no início deste ano, desceu para 8% até agosto passado e agora já cedeu um ponto. Assim o desempenho do mercado converge para as principais projeções: a associação dos fabricantes, a Anfavea, estima crescimento de 5% em 2011 inteiro, enquanto a Fenabreve, que representa os concessionários, calcula avanço de 6,2%.

A análise de média diária de vendas em setembro, no entanto, mostra expansão sobre o mês anterior. Em agosto, a média foi de 14.234 emplacamentos em cada um dos 23 dias úteis, enquanto que nos 21 dias úteis de setembro o número subiu 4,27%, para 14.842.

Rapel e vendas às locadoras

A prática de rapel (emplacamentos de carros ainda não vendidos por concessionários) foi a principal responsável por fazer a média diária subir. Apenas no último dia útil do mês, foram registrados 23.432 emplacamentos, número bem superior à média do mês, o que sugere a manobra de rapel para inflar vendas, assegurar participação de mercado e cumprir cotas para garantir bônus.

Também continuam em alta as vendas corporativas, principalmente às locadoras de veículos, que em setembro representaram 26% dos negócios. Esses negócios estão "salvando" os números do ano, pois sem eles o mercado já estaria em profunda queda, motivada pelo recuo do crédito para as camadas de poder aquisitivo mais

baixo. Com dificuldade para aprovar financiamentos, esses consumidores deixaram de comprar os carros mais simples, principalmente os modelos 1.0.

“Reflexos das medidas macroprudencias do Banco Central, em dezembro de 2010, somadas à crise financeira internacional e ao aumento do endividamento dos consumidores, provocam forte tendência de desaceleração nas vendas, que ainda apresentam patamar elevado em função dos negócios corporativos, principalmente às locadoras”, avalia Ayrton Fontes, economista da agência de promoção de varejo automotivo MSantos.

Bosch investe R\$ 22 milhões em nova fábrica

04/10/2011- Newsletter Automotive Business

A Bosch confirmou nesta segunda-feira, 3, aporte de R\$ 22 milhões em uma nova fábrica no Brasil para produzir a nona geração do ABS e o Programa Eletrônico de Estabilidade (ESP). Com o investimento, a companhia pretende acompanhar o crescimento da demanda por dispositivos de segurança no mercado.

Besaluel Botelho, que assumiu a presidência da companhia recentemente, não detalhou o local da planta ou o volume de produção. O executivo adiantou apenas que a corporação detém 70% do mercado de ABS do País e vende cerca de 500 mil sistemas por ano. Com a obrigatoriedade da tecnologia para os veículos novos, a partir de 2014, as vendas devem crescer em ritmo acelerado. Para conseguir atender à expansão, a planta será bastante flexível. “Caso necessário, poderemos aumentar o volume muito rapidamente e com investimento baixo”, explica.

Já a comercialização do ESP, tecnologia capaz de corrigir automaticamente a trajetória do veículo em manobras bruscas de emergência, não será apoiada em uma nova legislação. O sistema será vendido de acordo com o interesse das montadoras. Para Botelho, apesar não haver garantias de grandes volumes no início, o aumento da segurança nos veículos é uma das principais preocupações do setor, junto com expansão do conforto, conectividade e da oferta de veículos mais econômicos e menos poluentes.

“A tendência é que carros cada vez mais compactos recebam tecnologia. O acesso dos emergentes a novos sistemas também será ampliado”, projeta. Neste cenário, o presidente da Bosch aposta que o modelo do futuro terá propulsão elétrica, apesar do alto custo de produção e dos problemas ainda não resolvidos na área de reciclagem apontarem para outro caminho. “Hoje os veículos têm 40% de conteúdo eletrônico. Esse percentual deve subir para 75%”, acredita. O prazo para isso é a metade da próxima década, quando os volumes de vendas serão maiores.

Investimentos

A companhia vai investir R\$ 103 milhões na América Latina em 2011, volume quase 50% superior ao registrado no ano passado. O aporte será destinado à expansão da capacidade e ao lançamento de novos produtos, como centrais eletrônicas para

gerenciamento do motor, sensores de temperatura e pressão do ar e bobinas de ignição.

A quantia fica acima da média dos anos anteriores, já que, entre 2006 e 2010, a empresa aplicou R\$ 362 milhões. O plano de investimentos para o 2012 ainda não foi divulgado por conta das incertezas acerca da nova política industrial e da economia internacional. Até o momento, a empresa confirmou apenas que a construção da nova fábrica de ABS entrará no planejamento do próximo ano junto com o aporte em uma planta de coletores de energia solar para aquecimento de água.

A fonte de energia é uma das apostas da Bosch, mas não no setor automotivo. "Hoje há outras tecnologias mais eficientes e promissoras", avalia Botelho. Entre elas está o motor flexível, que ainda tem desafios como o aumento da eficiência energética e a disseminação de sistemas de partida a frio.

Outra prioridade é o desenvolvimento de propulsores pequenos, de até 1.000 cc. "Esta é o uma solução inteligente dos mercados emergentes, mas muitos modelos precisam melhorar e oferecer mais potência", explica. A companhia investe ainda em soluções bicompostível, como o motor que combina gás natural veicular e diesel para o transporte urbano, e o propulsor etanol/diesel para aplicação agrícola.

Emendas ao Ponto Eletrônico são rejeitadas na CCJ

04/10/2011- Relações do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer do senador Armando Monteiro, rejeitando todas as 4 emendas que forma oferecidas ao Projeto de Decreto Legislativo 593 de 2010, de autoria da então senadora Niúra Demarchi que intenta sustar os efeitos da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro.

Importado é obstáculo para pequena indústria

04/10/2011- Relações do Trabalho

O setor têxtil é o que mais sofre com a concorrência de importados Pesquisa do Simpi, obtida com exclusividade pelo BRASIL ECONÔMICO, mostra que 53% das empresas de menor porte de São Paulo demitiram ou deixaram de contratar no último ano

A invasão de produtos importados no mercado nacional já atinge as micro e pequenas indústrias e tem reflexos no mercado de trabalho. Um exemplos é a Confecções Copat, indústria de tecidos de pequeno porte paulista, que teve de reformular sua área de atuação devido a perda de mercado, o que resultou na demissão de 40 funcionários nos últimos dois anos. "A invasão de produtos importados, principalmente da China, nos fez encerrar a confecção de peças de roupa, nossa principal atividade.

Agora nos concentramos somente na produção de tecidos", conta o proprietário, Milton Copat. Ainda assim, ele não garante o emprego dos 20 colaboradores restantes. "Os negócios estão ameaçados, pois os habituais clientes estão adquirindo cerca de 50% das mercadorias de indústrias chinesas".

Segundo levantamento do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias (Simpí), obtido com exclusividade pelo BRASIL ECONÔMICO, 53% das indústrias pesquisadas, com operação no estado de São Paulo, demitiram ou deixaram de contratar no último ano. "A perda ou não geração de empregos pelas empresas de pequeno e médio porte é preocupante", afirma Joseph Couri, presidente da entidade.

No mês de agosto foram criados 190.466 vagas, 57% menos que no mesmo período do ano passado, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Outra pesquisa, do Dieese, mostra que o crescimento do nível de ocupação em agosto foi o menor dos últimos doze meses (leia mais ao lado). E as micro e pequenas empresas, no Brasil, são responsáveis por 70% das vagas. "Isso explica o motivo pelo qual o governo federal possivelmente não consiga atingir a meta anual de geração de empregos, de 3 milhões", diz Couri. Agora, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, estima algo em torno de 2,7 milhões.

Para o economista Julio Gomes de Almeida, a situação é de fato preocupante já que a empregabilidade no setor industrial é essencial para manter a saúde econômica do país. "Se a indústria deixa de empregar, cria-se o efeito bola de neve e outros setores vão sofrer o mesmo problema", alerta Almeida.

Fôlego temporário Mesmo diante desse cenário, a pesquisa mostra que 56% dos empresários estão otimistas quanto ao desempenho dos negócios para o segundo semestre do ano. Especialistas afirmam que a repentina valorização do dólar é o respiro que o setor precisava para retomar o fôlego. "A valorização da moeda americana inibe, ao menos temporariamente, a entrada desenfreada de produtos importados e ao mesmo tempo incentiva as exportações, o que configura estabilidade dos empregos", diz Evaldo Alves, professor da FGV.

"A pequena e média indústria deve aproveitar essa trégua para ganhar produtividade e compensar as futuras adversidades.

Claro que nesse curto prazo não é possível que as empresas passem por uma grande reestruturação, mas o ganho de produtividade deve ser buscado", diz.

Outro fator que contribui para o otimismo é a expectativa com as propostas no Plano Brasil Maior, nova política industrial do governo. "Eles estão esperançosos com a implementação das medidas da nova política industrial já anunciadas pelo governo", diz Alves. Mas opiniões divergem. Para Gomes, a nova política está na direção certa, mas a profundidade do problema é maior do que as soluções propostas pelo governo. Alves, mais otimista, as vê como positivas e aponta o crédito subsidiado como ação essencial para o ganho de competitividade do Brasil. "Os incentivos vão possibilitar a compra de equipamentos, o que significa reestruturação e aumento da produtividade.

Nesse sentido, a oferta de empregos tende a aumentar, invertendo o quadro atual".

Contribuição Sindical - Trabalho discutirá extinção do imposto sindical

04/10/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço público vai realizar audiência pública para ouvir os sindicatos e centrais sindicais, a fim de discutir a viabilidade da criação de uma contribuição negocial, com a consequente extinção do imposto sindical.

A iniciativa do debate, previsto para 29 de novembro, é do deputado Augusto Coutinho (DEM-PE). De acordo com Coutinho, a alternativa mais apropriada seria entidades sindicais cobrarem contribuição definida em assembleia geral vinculada à negociação coletiva, pois os trabalhadores e empregadores também aprovariam nas respectivas assembleias o valor da contribuição.

"É essencial o fortalecimento dos sindicatos para que a representação seja efetiva nas negociações de importância laboral e econômica para a sociedade brasileira." De acordo com Coutinho, também será discutido o problema dos sindicatos de fachada, "que não representam efetivamente os trabalhadores, mas cobram suas contribuições veementemente", enfatizou o deputado.

FONTE: Agência Câmara

IOF - Plenário pode votar MP que aumenta IOF para evitar especulação com dólar

04/10/2011- Notas COAD

O Plenário pode votar, a partir de hoje, a Medida Provisória 539/11, que institui a cobrança de IOF sobre operações de contratos derivativos vinculados ao dólar. Esta e mais três MPs trancam os trabalhos, assim como o Projeto de Lei 865/11, do Executivo, que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério.

O relator da MP 539, deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR), adiantou que apresentará um projeto de lei de conversão que permite aos exportadores descontarem o IOF pago nos derivativos com o mesmo imposto devido em operações de outro tipo.

Os exportadores fazem contratos derivativos para se proteger de uma possível queda do dólar no futuro, quando receberem efetivamente o pagamento pelo bem exportado.

A intenção do governo, ao editar a MP, é impedir a ação de especuladores que apostam na valorização do real. O relator quer evitar, no entanto, que a medida acabe prejudicando a atividade exportadora. A alíquota para o IOF, estipulada pelo Decreto 7.563/11, é de 1%, mas a MP permite o aumento para até 25%.

Já a oposição critica a MP 539 por considerar que ela dá controle excessivo ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que poderá determinar depósitos sobre os valores de referência dos contratos derivativos ou mesmo fixar limites, prazos e outras condições para essas negociações.

Fonte: Agência Câmara

Tribunal - Exposição a raios solares não garante insalubridade a empregado

04/10/2011- Notas COAD

Atividades laborais desenvolvidas a céu aberto não têm amparo legal que justifique o pagamento de adicional de insalubridade. Com base nesse entendimento, sedimentado na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho pela Orientação Jurisprudencial nº 173 da SDI-1, a Quarta Turma do TST absolveu a empresa Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A. da condenação ao pagamento do mencionado adicional a um empregado que trabalhava a céu aberto.

A empresa, condenada em primeiro grau ao pagamento do adicional, recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná), que manteve a sentença ao argumento de que a existência de insalubridade atestada por perícia não decorreu apenas do fato de o empregado trabalhar a céu aberto, mas em razão da exposição ao calor excessivo. O TRT-PR destacou ainda que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador são classificadas como insalubres, conforme a relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho (Norma Regulamentadora nº 15).

Na Quarta Turma, o ministro Milton de Moura França, relator do processo, valendo-se das disposições contidas em artigos da [CLT](#), destacou em seu voto alguns aspectos relativos a atividades insalubres no tocante a conceito, classificação e caracterização, concluindo, por fim, ser incontroverso que o empregado trabalhava a céu aberto, permanente e diretamente exposto aos raios solares e sob a incidência de índices excessivos de calor. Entretanto, em face da jurisprudência do TST no sentido de ser incabível o pagamento do adicional de insalubridade em decorrência da exposição a raios solares, por ausência de amparo legal, o relator acolheu as razões apresentadas pela empregadora ao contestar a sentença que lhe fora desfavorável desde a instância inicial.

Desse modo, os ministros da Quarta Turma, verificando contrariedade à OJ nº 173 da SDI-1, decidiram unanimemente dar provimento ao recurso da empresa para excluí-la da condenação ao pagamento do adicional de insalubridade. Como ressalva pessoal em sentido contrário, o ministro Milton de Moura França salientou que as radiações solares são hoje, comprovadamente, um dos principais agentes causadores de câncer de pele e outros males cutâneos.

Processo: [RR-15300-62.2008.5.09.0093](#)

FONTE: TST

Poder Executivo - Ponto eletrônico: adoção é adiada para janeiro de 2012

04/10/2011- Notas COAD

A adoção do ponto eletrônico impresso foi adiada pela quarta vez e passa a valer apenas a partir de janeiro de 2012, de acordo com portaria publicada nesta segunda-feira (3) pelo Ministério do Trabalho no Diário Oficial da União.

O sistema será obrigatório para empresas com mais de dez empregados que já utilizam equipamentos de ponto eletrônico. Elas deverão oferecer ao funcionário a possibilidade de imprimir o comprovante de entrada e de saída do trabalho. A medida não precisará ser seguida por órgãos públicos.

A entrada em vigor da Portaria 1.510 foi adiada para dar mais tempo às empresas para se adequarem aos equipamentos. Desde a edição do texto, em 2009, há divergências entre os setores sindicais e as confederações patronais.

Para os sindicatos, a portaria vai evitar que os trabalhadores façam horas extras e não recebam por elas. Já as entidades sindicais patronais argumentam que a adoção do ponto eletrônico pode gerar altos custos, principalmente para as pequenas empresas.

FONTE: Agência Brasil

Poder Judiciário - Acordo cumprido: CEF comunica ao STF desistência de 483 processos

04/10/2011- Notas COAD

Representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) comunicaram ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, que o compromisso de desistência de processos em trâmite na Corte - anunciado no dia 3 de junho deste ano - foi cumprido. Nesses três meses, dos 512 processos, a instituição desistiu de 483, permanecendo apenas 29 no STF.

O ministro Cezar Peluso considera esta uma atitude benéfica para o jurisdicionado e para a justiça, tendo em vista que a própria empresa não deve ter a obrigação de recorrer de todas as ações em que há um indicativo de entendimento do Judiciário sobre a matéria.

Segundo o presidente da CEF, Jorge Hereda, a equipe jurídica da instituição, desde junho, trabalhou no sentido de diminuir os processos de autoria da Caixa no Supremo, além disso afirmou que nesse período somente um recurso foi interposto no Supremo. "Há três meses estivemos aqui com o ministro e dissemos que nós queríamos fazer um esforço para reduzir o número de processos", disse, ressaltando que nesse período vários processos foram pactuados ou houve desistência da Caixa com relação à apelação.

"Isso é parte de uma política da Caixa de conciliar, de tratar as suas demandas judiciais com a racionalidade que uma empresa do porte da Caixa precisa ter e, com isso, dar nossa contribuição para evitar mais trabalho ao Supremo em ações que a

gente tem pouca chance de ter sucesso”, destacou. Conforme ele, “quase 500 processos foram baixados [retirados] do Supremo”.

O presidente da CEF afirmou que os processos que permaneceram no Supremo são importantes porque tem grande repercussão na Caixa “como, por exemplo, a questão da alienação fiduciária, da questão extrajudicial”. Este processo, segundo ele, pacificou a matéria e deu segurança jurídica aos créditos imobiliários no Brasil.

Ele informou que a CEF tem uma grande quantidade de processos em curso em outras instâncias da Justiça e que vão ter o mesmo tratamento, impedindo que mais processos cheguem ao Supremo. “Estamos seguindo com essa política e vamos aprofundar isso em todos os tribunais, estabelecendo um procedimento de conciliação, mesmo fora do Judiciário, com relação ao que a gente achar que é possível. Portanto, vamos diminuir muito não só os custos para a Caixa, mas também em relação à nossa demanda para o Judiciário. Essa é a nossa intenção”, finalizou.

O diretor jurídico da CEF, Jailton Zanon, disse que “felizmente o trabalho foi muito bem desenvolvido e superou as expectativas da Caixa”. “Pensávamos ter algo em torno de 100 e nós conseguimos chegar apenas a 29 recursos”, salientou.

Critério de desistência

Conforme Zanon, o critério inicial imaginado pelos advogados da CEF foi confirmado. “Nós identificamos que a Caixa tinha no Supremo, por exemplo, recursos relativos a causas de pequeno valor e causas em que já havia jurisprudência em desfavor da Caixa. Também tínhamos recursos de matérias que, embora a jurisprudência pudesse ser discutida, apresentava um valor muito pequeno que não justificava uma demanda”, disse.

“O Supremo, hoje, discute a constitucionalidade do Decreto-lei nº 70, que é a execução extra-judicial; juros das cadernetas de poupança; competência para julgar ações de complementação de aposentadoria”, informou.

Autorização para recorrer

Para diretor jurídico da Caixa, não adianta a instituição desistir de processos no passado e, no futuro, apresentar novas demandas. “A Caixa nos deu a missão de buscar equacionar o processo em definitivo aqui no Supremo. Então, além da desistência dos recursos já existentes desde junho deste ano, nós já implantamos o regime de que para recorrer ao Supremo o nosso advogado precisa obter autorização superior, no caso da Diretoria Jurídica”, ressaltou.

Desde então [início de junho], foi interposto apenas um recurso da Caixa no Supremo, segundo Zanon. “Antes, a regra era recorrer sempre, o advogado buscava autorização para não recorrer. Agora, nós invertemos a nossa regra aqui no Supremo e o advogado precisa demonstrar que a causa merece a atuação do Supremo, para posteriormente recorrer”, completou o diretor jurídico.

O próximo tribunal no qual a CEF fará um trabalho semelhante será o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Maiores litigantes

De acordo com números divulgados, em março deste ano, pela Fundação Getúlio

Vargas (FGV) na pesquisa "Supremo em números", a Caixa Econômica Federal (CEF) está em primeiro lugar na lista dos dez maiores litigantes. Em seguida está a União, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Estado de São Paulo, Banco Central, Estado do Rio Grande do Sul, Município de São Paulo, Telemar Norte Leste S/A, Banco do Brasil e Estado de Minas Gerais. O setor público é responsável por 90% dos processos em tramitação na Corte (sendo 87% do Poder Executivo e 3% do Ministério Público).

FONTE: STF

SELIC - Receita divulga a taxa Selic de setembro de 2011

04/10/2011- Notas COAD

A taxa Selic relativa ao mês de setembro de 2011, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos e contribuições federais a partir de outubro/2011, conforme Ato Declaratório 74 CODAC/2011, publicado no Diário Oficial de hoje, dia 4/10, é de 0,94%.

IR - Fonte - Imposto retido no 3º decêndio de setembro vence amanhã, 5/10

04/10/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no 3º decêndio de setembro/2011, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até amanhã, dia 5/10.

Aspectos Tributários do Socorro à Indústria

04/10/2011- Notas COAD

Marcos Cintra

Doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA), professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas.

De todas as medidas para socorrer a indústria no chamado Plano Brasil Maior a que mais se destaca encontra-se na esfera dos tributos. Trata-se da extinção dos 20% do INSS cobrados sobre a folha de pagamentos de quatro setores: confecções, calçados, móveis e softwares. Como contrapartida, será cobrada uma alíquota de 1,5% sobre o faturamento dos três primeiros e de 2,5% sobre o faturamento do último.

Foi frustrante ver que, depois da expectativa criada em torno de uma desoneração ampla da folha de pagamentos, a redução do custo trabalhista no Brasil virou um quebra-galho abrangendo alguns setores. A medida promove um corte pífio no elevado ônus sobre os salários, afetando apenas segmentos fragilizados pelo câmbio

valorizado, e a base alternativa para cobrir a redução do INSS, o faturamento, não leva em consideração sua vulnerabilidade à evasão.

Alguns críticos podem repudiar a escolha do faturamento dizendo se tratar de uma base cumulativa. Porém, não é essa característica que deve ser destacada e sim o fato de ser mantida uma base de natureza declaratória para o INSS, o que vai permitir a continuidade de práticas comuns no País como a sonegação e o subfaturamento. A cumulatividade é apenas um método de arrecadação tributária, que pode ser eficiente quando se utiliza uma forma de cobrança automática, imune à evasão, como é o caso da movimentação financeira.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração na troca de base da contribuição previdenciária é que erros praticados com outros impostos se repetiram. Mais uma vez o leque de modalidades de cobrança tributária se abre, tornando um sistema caótico em algo ainda mais complexo e mantendo um alto custo de gerenciamento fiscal.

O PIS/Cofins é um caso emblemático dessa insana complexidade. O tributo foi desmembrado em duas modalidades, uma parte cobrada sobre o faturamento e outra sobre o valor agregado, e isso gerou tanta confusão que até os técnicos da Secretaria da Receita Federal reconheceram num determinado momento que não sabiam o que estava valendo para esse imposto. Outra situação patética ocorreu quando setores que defendiam a não cumulatividade ficaram sujeitos a esse tributo cobrado sobre o valor adicionado e depois se arrependeram e pediram a volta ao modelo antigo.

Outro caso de desmembramento ocorreu com o ICMS, que hoje tem três formas de cobrança: sobre o valor adicionado, o faturamento (serviços de restaurantes em São Paulo) e a substituição tributária. Esse é um dos tributos de maior dificuldade para ser decifrado e o mais sonegado no País, tanto que a modalidade substituição veio para tentar corrigir essas anomalias, o que representa uma negação da tese da superioridade dos tributos sobre valor agregado. A confusão é tanta que os burocratas acabam atirando para todos os lados.

As experiências do PIS/Cofins e do ICMS foram importantes para tornar o "Frankenstein tributário" brasileiro ainda mais horripilante. Foram ápices do viés burocrático que reina no País e que de novo se manifestou com o Plano Brasil Maior por conta de mais um desmembramento. Agora foi a contribuição previdenciária, que permanece com uma parte cobrada sobre a folha de pagamentos e outra sobre o faturamento. O leque se abriu mais um pouco, impondo mais complexidade à estrutura de impostos.